



INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO

CNPJ 33.583.592/0001-70
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	45.963.757,15	46.439.930,41	Fornecedores	29.592.463,80	31.368.764,89
Creditos a receber	19.617.462,07	21.739.138,48	Obrigações Trabalhistas e Tributárias	12.907.374,13	15.061.871,53
Estoque	263.420,16	236.794,65	Empréstimos e Financiamentos	2.251.853,36	1.439.453,07
Despesas Exercícios Seguintes	94.820,66	98.353,78	Credores Diversos	3.635.023,11	3.524.578,75
NÃO CIRCULANTE			Parcerias publicas e privadas	1.089.012,57	1.210.795,29
Realizável a Longo Prazo	21.329.024,30	17.755.323,74	Receitas Futuras	5.590.786,66	5.983.803,03
Devedores Diversos	2.045.347,30	489.505,31	Receitas Diferidas	377.133,61	-
Depósitos Judiciais	18.019.787,35	15.999.926,19	NÃO CIRCULANTE		
Valores Restituintes de Processos	1.265.892,24	1.265.892,24	Realizável a Longo Prazo	24.665.799,09	22.020.868,47
Investimentos			Tributos Discussão Judicial	11.303.439,63	10.051.846,77
Participações em outras Entidades	101.494,53	997.068,58	Fornecedores em Contingências	13.675.249,38	3.914.74,84
Propriedade para Investimento	7.578.400,00	5.738.400,00	Receitas Diferidas	8.020.443,42	8.057.046,86
(- Amortização acumulada)	(788.990,73)	(742.367,21)	Empréstimos e Financiamentos	666.666,66	-
Imobilizado de Uso			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imóveis de Uso	188.436.332,78	183.763.316,16	Patrimônio Social	213.163.245,32	208.617.165,82
Bens Móveis	56.360.620,56	54.584.881,88	Reserva de Reavaliação	119.790.749,41	112.840.780,22
(- Depreciação Acumulada)	(50.700.145,87)	(46.795.004,88)	Superávit ou Déficit do Exercício	4.546.079,50	6.528.380,78
Intangível			TOTAL DO PASSIVO		
Bens Intangíveis	3.882.689,74	3.820.605,61		267.421.508,21	262.006.799,18
(- Amortização acumulada)	(2.525.232,40)	(2.525.232,40)			
TOTAL DO ATIVO	267.421.508,21	262.006.799,18			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015		2016	2015
Discriminação			Resultados Acumulados		
Saldo em 31/12/2014	113.607.971,73	113.607.971,73	Total	202.246.287,02	202.246.287,02
Realização da Reserva de Reavaliação	428.347,78	-			
Reversão de Reservas	(3.821.945,93)	3.821.945,93			
Incorporação ao fundo patrimonial - Déficit de unidades encerradas	(157.501,98)	-			
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	4.546.079,50	6.528.380,78			
Transfêrencia de Resultado	2.783.908,92	-			
Saldo em 31/12/2015	112.840.780,22	113.607.971,73			
Realização da Reserva de Reavaliação	430.048,41	-			
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	4.546.079,50	6.528.380,78			
Transfêrencia de Resultado	6.528.380,78	-			
Saldo em 31/12/2016	119.790.749,41	112.840.780,22			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL. - A INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO foi fundada em 13 de março de 1948 na cidade do Rio de Janeiro, registrada no Cartório do Registro Civil e Pessoas Jurídicas, no livro A nº 1 sob nº 1.333, atualmente com sede e foro na cidade de Belo Horizonte - MG, Avenida 31 de Março nº 435, é uma Associação, sem fins lucrativos, de assistência social e beneficência, e de caráter educacional e cultural.

Foi reconhecida de utilidade pública federal nº 6.484 de 29 de dezembro de 1993, pelo município de Belo Horizonte. A Entidade foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social em 9 de junho de 1993, conforme processo nº 124.017/92. Recebeu o reconhecimento de Entidade de Fins Filantrópicos em 9 de dezembro de 1964, conforme processo nº 58.126/1964-00. A Inspetoria São João Bosco obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em 23/08/2016, Resolução nº 12.220/09 por meio da Resolução nº 3 de 23 de janeiro de 2009 e protocolizou tempestivamente os pedidos de renovação do certificado por meio dos processos 71010.001/08-2064, 71000.059759/2012-99 e 71000.003541/2015-22.

A Entidade está inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) Sob nº 33.583.592/0001-70, compreendendo a administração central e as seguintes unidades: **DISTRITO FEDERAL:** Colégio Salesiano do Centro (Celiândia); Escola Salesiana São Domingos Sávio (Núcleo Bandeirantes); Centro de Convenções Israel Pinheiro e Colégio Dom Bosco; **ESPIRITO SANTO:** VENDA NOVA DO IGMIRANTE; Instituto Salesiano Pedro Palácios; **VITÓRIA:** Centro Salesiano do Menor, Colégio Salesiano Santa Rosa, Centro Juvenil Maria Madalena; Colégio Salesiano Região Ocidental; **JARDIM CAMBURI:** GOIÁS; GOIÂNIA: Centro Salesiano do Menor, Ateneu Salesiano Dom Bosco; **SILVÂNIA:** GINÁSIO ANTONIA; **MINAS GERAIS:** ARAXÁ: Centro Salesiano Dom Bosco; **PARANÁ:** Centro de Formação Sabino José Ferreira e Instituto Tenente Ferreira; **BELO HORIZONTE:** Casa Dom Bosco, Centro de Passagem Dom Bosco, Centro Salesiano do Menor, Colégio Salesiano e Centro Juvenil Dom Bosco; **CACHOEIRA DE CAMBURI:** Centro Dom Bosco e Centro Juvenil Dom Bosco; **PARÁ DE MINAS:** Instituto Centro Benjamin Ferreira Guimarães; **PONTE NOVA:** Colégio Dom Helvécio; **RIO DE JANEIRO:** CAMPUS: Instituto Dom Bosco e Centro Juvenil São Pedro; **NITERÓI:** Colégio Salesiano Santa Rosa, Centro Juvenil Maria Madalena; Colégio Salesiano Região Ocidental; **RESENDE:** Instituto São José; **RIO DE JANEIRO:** Centro Salesiano do Menor, Colégio Salesiano, Instituto São Francisco de Sales, Oikos Profissionalis e Sociais Santa Rita de Cássia; **TOCANTINS:** PALMAS: Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco e Centro Salesiano do Menor.

2. PRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associados aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos, destacando especialmente as normas - ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos - aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12, que estabelece os procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de escrituração das demonstrações contábeis, e as informações mínimas as serem divulgadas em notas explicativas pelas entidades sem fins lucros. Foram observados o que dispõe a Lei 12.101/2009 em suas alterações e a Lei 12.808 de 2012, que regulamenta a prática contábil em entidades beneficentes e assistências sociais e a isenção de contribuições para a seguridade social concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos que prestam serviços de assistência social, saúde ou educação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas como segue:

a) Apreciação de resultado
As receitas, custos e despesas correspondentes às atividades são reconhecidas contabilmente observando o regime de competência.

b) Títulos a receber
Os títulos a receber são faturados e reconhecidos de acordo com sua competência, relativos aos créditos a receber de alunos matriculados e dos clientes dos programas de inclusão sócio-profissional, pendentes de realização até o encerramento do exercício, com o reconhecimento de sua provisão de acordo com as informações inadimplentes.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Entidade, para fazer face às possíveis perdas na realização dos créditos em atraso.

d) Propriedades para Investimento
As propriedades para investimento são constituídas por imóveis não destinados a uso nas operações da Entidade, fornecimento de bens e/ou serviços ou para finalidades administrativas. Corresponde a terrenos e edificações mantidos para auferir aluguéis, que são avaliados pelo valor contábil.

e) Imobilizado de Uso
O Imobilizado de uso está registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação. Seguindo avaliação da administração não existem indicadores, de ordem interna ou externa, que demonstrem a existência de redução de valor a recuperar nos valores avaliados para o patrimônio, estando mensurado com base em valores recuperáveis, conforme definido pela NBC T 19.10 - Redução ao valor recuperável de ativos. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "ganhos, perdas líquidas" na demonstração do resultado.

f) Intangível
Ativos intangíveis registrados separadamente são mensurados no reconhecimento inicial no custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e de perdas de valor recuperável, quando aplicável.

g) Gratuidades e Bônus de Estádios
As bolsas de estudos oferecidas pela Inspetoria São João Bosco foram quantificadas com base na receita abdicada, e as gratuidades dos projetos sociais estão demonstradas através da apuração dos custos diretos e indiretos, aplicados à exceção dos mesmos.

CAIXA E EQUIVALENTES - São representados por depósitos em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Inspetoria São João Bosco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras de liquidez imediata estão registradas no custo histórico, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em função disso são considerados como "Equivalentes de Caixa", conforme estabelecido na NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Os recursos com restrição são valores em contas correntes e aplicações financeiras recebidos por meio de parcerias públicas para execução de serviços e programas socioassistenciais e socioeducativos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado como segue:

	2016	2015
Caixa	56.924,62	67.493,21
Bancos conta Movimento - recursos sem restrição	2.012.327,60	3.896.314,46
Bancos conta Movimento - recursos com restrição	324.328,59	655.128,52
Aplicação Financeira - recursos sem restrição	16.452.610,97	16.514.234,43
Aplicação Financeira - recursos com restrição	771.270,29	605.967,96
Total	19.617.462,07	21.739.138,48

4. CREDITOS A RECEBER

Discriminação

	31/12/2016	31/12/2015
Mensalidades a Receber	20.327.307,31	18.025.629,88
Títulos a Receber	9.578.351,69	9.055.210,05
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.011.641,77)	(8.446.111,77)
Outras Operações	446.790,74	194.091,21
Adiantamento a Funcionários	3.982.537,33	3.820.289,05
Outros adiantamentos	962.710,70	853.381,90
Adiantamento a fornecedores	640.928,07	503.651,24
Tributos e Contrib. Restituíveis	58.405,45	55.686,74
Devedores Diversos	259,80	4.744,10
Total	25.986.054,26	24.365.643,50

5. ESTOQUES
Os estoques são representados por itens de consumo existentes nos depósitos nas unidades, registradas pelo custo de aquisição.

6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Discriminação

	31/12/2016	31/12/2015
Devedores Diversos	2.045.347,30	489.505,31
Depósitos Judiciais	18.019.787,35	15.999.926,19
Valores Restituintes de Processos	1.265.892,24	1.265.892,24
Total	21.329.024,30	17.755.323,74

7. BENS E DIREITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Discriminação		
custo aquisição	5.839.894,53	5.839.894,53
Depreciação/Amortização	(788.990,73)	(742.367,21)
Investimentos	5.050.903,80	5.097.527,32
Imobilizado de Uso	244.796.953,34	244.796.953,34
Imóveis de Uso	188.436.332,78	170.131.216,23
Bens Móveis	56.360.620,56	53.668.629,64
Intangível	3.882.689,74	3.965.107,46
Bens Intangíveis	3.882.689,74	3.965.107,46
Total DOS BENS E DIREITOS	254.519.537,61	244.390.810,85

ORESTES CARLINHOS FISTAROL - Inspetor
RICARDO SAVIO DO SACRAMENTO - Vice-Inspetor

CLAUDINEI BOURGHIGNON MASCARELO - Tesoureira
SONIA REGINA DA SILVA MARTINS - Contadora CRCMG - 091543/0-3

PARER DO CONSELHO FISCAL

Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores Vaz & Maia Auditores Independentes Sociedade Civil - CRCMG 593, de 07 de abril de 2017, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

Jairo de Matos Fonseca - Manoel de Souza Santos - Jesus Henrique de Melo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos certismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria obtendo em resposta a tais riscos, sem como obtenção evidente de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a documentação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. • Avaliamos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Entidade. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a uma mudança significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

Vaz & Maia Auditores Independentes - CRC MG 593
Antonio Ferreira Vaz
Contador CRCMG 20707

DEMONSTRATIVOS DO SUPERÁVIT/DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$

	2016	2015
DISCRIMINAÇÃO		
RECEITAS DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS	121.433.961,04	114.903.033,62
Receitas de Mensalidades Escolares	49.851.282,91	41.554.415,89
(-) Bolsas Institucionais	(19.706.410,65)	(19.307.261,92)
(-) Bolsas Proom.	(5.437.618,84)	(4.922.124,25)
Bolsas Sindicais	(4.384.833,08)	(3.785.171,57)
(-) Descontos Incondicionais	(688.283,07)	(737.466,78)
(-) Devolução de Mensalidades	(192.417,80)	(92.757,33)
Receitas Complementares da Educação	1.971.332,32	2.180.430,73
Receita de Recicla - Educação Complementar	(894,35)	(1.556,00)
(-) Bolsas Sindicais - Educação Complementar	(9.411,84)	(10.620,00)
Trabalho Voluntário	31.215,44	25.144,85
CUSTOS DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS	(105.710.343,95)	(98.937.744,88)
Custos de Mão de Obra	(66.541.305,68)	(61.737.769,45)
Custos de Materiais	(2.748.174,78)	(2.408.841,91)
Custos de Serviços Prestados	(6.924.750,98)	(6.956.067,80)
Custos Gerais	(13.014.496,48)	(12.402.329,98)
Custos das Bolsas - Educação Básica	(11.971.600,63)	(11.394.855,63)
Custos das Bolsas - Educação Superior	(4.471.354,45)	(4.012.735,26)
Custos dos Programas de Apoio ao Aluno Bolsista	(7.445,51)	-
Trabalho Voluntário	(31.215,44)	(25.144,85)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DA EDUCAÇÃO	15.723.617,09	15.965.288,74

	2016	2015
RECEITAS DAS ATIVIDADES DE APOIO	55.932.396,08	59.431.180,21
Custos com Programa de Inclusão Sócio Profissional	55.796.324,30	59.459.405,29
(-) Devolução de Receita Proim	-	(59.669,65)
Inclusão Sócio Profissional	136.071,78	31.444,57
CUSTO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	(59.114.306,69)	(62.495.230,35)
Custos de Mão de Obra	(52.622.104,82)	(56.974.764,35)
Custos de Materiais	(759.639,82)	(826.007,67)
Custos de Serviços Prestados	(1.095.801,07)	(1.025.828,48)
Custos Gerais	(4.500.689,20)	(3.637.185,28)
Trabalho Voluntário	(13.607,78)	(31.444,57)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	(3.181.916,61)	(3.064.050,14)
RECEITAS DAS ATIVIDADES DE APOIO	4.411.638,18	5.338.150,26
Receitas com Atividades Complementares	1.495.801,07	1.540.219,66
Receitas de Doações e Subvenções	1.544.106,77	1.442.363,36
Outras Receitas de Serviços	17.119,51	11.678,11
(-) Devolução de Receita de serviços	(4.000,00)	-
Trabalho Voluntário	5.880,97	143.889,13
DESPESAS DAS ATIVIDADES DE APOIO	(13.445.524,40)	(13.955.190,93)
Despesas com Mão de Obra	(55.795.924,30)	(55.341.117,26)
Despesas com Materiais	(436.411,18)	(415.158,28)
Despesas com Serviços Prestados	(2.535.042,01)	(2.490.206,97)
Despesas Gerais	(5.081.259,28)	(5.371.819,29)
Trabalho Voluntário	(51.580,47)	(443.889,13)

RECEITAS DAS ATIVIDADES SUBVENCIONADAS

	2016	2015
Receitas de Parcerias Públicas e Privadas	8.921.297,74	9.113.920,34
DESPESAS DAS ATIVIDADES SUBVENCIONADAS	(8.921.297,74)	(9.113.920,34)
Despesas com Mão de Obra	(7.815.861,69)	(7.683.577,69)
Despesas com Materiais	(253.183,16)	(237.367,83)
Despesas com Serviços Prestados	(5.081.259,28)	(5.371.819,29)
Despesas Gerais	(174.839,78)	(114.913,92)

SUPERÁVIT / DÉFICIT DA ATIVIDADES DE APOIO

	2016	2015
RECEITAS DAS ATIVIDADES SUBVENCIONADAS	8.921.297,74	9.113.920,34
DESPESAS DAS ATIVIDADES SUBVENCIONADAS	(8.921.297,74)	(9.113